

Tradição passada de mães para filhas registra, ponto a ponto, o cotidiano familiar

_____ página 09



Acervo Iepha/MG

O bordado, que tem museu em BH, mais do que embelezar peças de indumentária e uso doméstico, é singela forma de registro cultural



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: André Dangelo fala sobre patrimônio imaterial, tradição e religiosidade

_____ páginas 06 e 07



Acervo Secretaria Mun. Cultura - Conselheiro Lafaiete

Sítio da Varginha do Lourenço, um dos cenários da Inconfidência Mineira, é o bem tombado desta edição

_____ página 11

Impresso
Especial

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

Educação patrimonial é base fundamental

Começamos essa nova gestão no Iepha com a certeza de que, como já tem sido dito, a educação é a base de tudo o que se deseja construir, em todos os setores. Também assim é na preservação do patrimônio cultural. A educação patrimonial é a principal ferramenta para despertar nas comunidades não só o interesse, mas o compromisso na valorização e permanência de seus valores e manifestações culturais.

Texto assinado pelos técnicos da DPR, Adriana Oliveira e Pedro Gaeta, nos mostra o contexto do surgimento da preocupação com a questão do patrimônio e o consequente desenvolvimento da educação patrimonial. O assunto também é tema de matéria sobre as iniciativas desenvolvidas em Desterro do Melo, durante a segunda edição da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, realizada em setembro de 2010.

O entrevistado da edição é o arquiteto e urbanista, especialista em Arte e Cultura Barroca e em Patrimônio Construído e membro do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural, André Dangelo, que fala sobre patrimônio imaterial, tradição e religiosidade e políticas públicas, entre outros temas.

No mês em que se comemora o Dia de Tiradentes, o bem tombado em destaque é o Sítio da Varginha do Lourenço, em Conselheiro Lafaiete, palco de momentos significativos da Inconfidência Mineira, onde foi exposto parte do corpo esquartejado do mártir do movimento. Hoje a gameleira tricentenária que ali permanece é a única testemunha viva dos fatos históricos que ocorreram no local, tombado pelo Iepha em 1989, nas comemorações do bicentenário da Inconfidência.

A Semana Santa é lembrada na seção de iconografia, que nos conta um pouco sobre as crenças em torno de duas mulheres que marcaram a vida de Jesus: Maria Madalena e Verônica. A 9ª Semana Nacional de Museus, que acontece no próximo mês, também é tema desta edição. Uma extensa programação marca a promoção, que tem a participação da Superintendência de Museus e Artes Visuais, vinculada à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

Ainda neste número, matéria mostra a ampliação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, com o anúncio da instalação da Casa Fiat de Cultura, no antigo Palácio dos Despachos, a implantação do Museu do Automóvel, no estacionamento do Palácio, e do Museu do Homem Brasileiro, no prédio verde, hoje sede do Iepha – todos, espaços que fortalecem o conhecimento e, mais do que isso, o reconhecimento de nossa cultura e nossa memória.

Uma boa leitura a todos.

Fernando Viana Cabral
Presidente

Peças Desaparecidas

Nesta edição mostramos a porta de sacrário do altar colateral esquerdo – arco-cruzeiro, pertencente ao acervo da Igreja Matriz de São Gonçalo, em Belo Vale. Infelizmente, não há registro de suas medidas. Seu furto, ocorrido em 2008, foi comunicado ao Iepha em 2009, junto com a ocorrência de furto do Livro Litúrgico – Missae Propriae Sanctorum, de 1737, acontecido naquele ano, na mesma paróquia.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo fale conosco no site do Iepha/MG.



Divulgação

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrovaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEHPA/MG

Edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP)

Diagramação: Ludymila Toledo

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Venha compartilhar sua história

As adesões à 3ª edição da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural começam no próximo dia 16 de maio. O projeto desenvolvido pela Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Iepha, é realizado desde 2009, sempre durante o mês de setembro. A proposta é mobilizar os municípios e agentes culturais mineiros em torno de um mesmo objetivo: o de estimular e desenvolver atividades que sensibilizem a sociedade, favorecendo a transmissão dos valores culturais e promovendo sua inserção contemporânea em um projeto mais amplo de valorização da diversidade do patrimônio cultural mineiro.

A cada edição, a Jornada se baseia em um tema específico, possibilitando a sua livre interpretação pelos proponentes por meio de ações inovadoras e criativas. Este ano, o tema é "Quando a minha história conta a história de todos". Ao completar seus 40 anos de atividade, o Iepha/MG convida os municípios e as instituições culturais mineiras a refletirem sobre o seu papel e a atuação dos diversos agentes que são responsáveis pela promoção e valorização do patrimônio cultural em suas comunidades.

Zeladores, músicos, poetas, congadeiros, sineiros, artífices, contadores de histórias são a alma viva de uma cultura, pois, além de agentes de um determinado contexto

cultural, representam o elo entre gerações que permite o diálogo e a sobrevivência das práticas culturais. Ao nos permitirmos ouvir essas histórias que muitos têm para contar, temos a oportunidade de compreender a participação desses agentes e das próprias instituições na construção da história social e sua contribuição permanente para a memória da sociedade.

Nas duas primeiras edições, prefeituras e instituições culturais apresentaram propostas que festejaram, refletiram e expressaram os valores culturais do povo mineiro. Cerca de 1.000 proponentes aderiram à ideia que promoveu, em todo o estado, cerca de 2.500 eventos, movimentando mais de 500 municípios. "A Jornada Mineira é de muita importância, pois ajuda a resgatar a memória de nossa cidade, através das ações desenvolvidas, conseguindo incentivar a comunidade a se interessar pela valorização e preservação dos nossos bens históricos, arqueológicos e culturais", atesta Magda Gonçalves, de Barão de Cocais, município que participou das duas primeiras edições.

Em 2011, o prazo para adesões se encerra impreterivelmente em 20 junho. Em breve, o regulamento e as fichas para inscrição estarão disponíveis no site da Jornada.



Circuito Cultural Praça da Liberdade tem novos espaços

O Circuito Cultural Praça da Liberdade ganha mais dois equipamentos: a Casa Fiat de Cultura, que será transferida para o prédio do Palácio dos Despachos, e o Museu do Automóvel, que ocupará o galpão que servia de estacionamento para veículos do Gabinete Militar do Governador, na área interna do Palácio da Liberdade.

A parceria foi firmada entre o governador Antonio Anastasia, o presidente da Fiat Automóveis, Cledorvino Belini, e o presidente da Casa Fiat de Cultura, José Eduardo de Lima Pereira, no último dia 29. As obras de adequação do espaço terão início após conclusão de estudos feitos pelo Iepha. A Casa Fiat promete manter intensa programação até a inauguração do novo endereço.

Pela parceria, o Governo de Minas Gerais e a Secretaria de Estado de Cultura cederão os espaços pelo período mínimo de cinco anos. A Fiat ficará responsável pelo financiamento dos dois projetos. O Veteran Car Club do Brasil será responsável pela coordenação e gestão do acervo e atividades do museu. A museografia será de Maria Inês Mantovani. Os dois projetos arquitetônicos serão de Márcio Baptista de Oliveira e Carolina Arantes.

O Circuito Cultural Praça da Liberdade, maior complexo cultural do

Brasil, reúne equipamentos diversos como museus históricos, artísticos e temáticos, centros culturais, bibliotecas e espaços para oficinas, cursos e ateliês abertos. Já estão em funcionamento o Espaço TIM – UFMG do Conhecimento, o Museu das Minas e do Metal – EBX e o Memorial Minas Gerais – Vale, além do Palácio da Liberdade, aberto ao público sempre aos domingos, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Arquivo Público Mineiro.

| Museu do Homem Brasileiro

Em fevereiro, o governador conheceu o projeto do Museu do Homem Brasileiro, apresentado pelo secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, Hugo Barreto, e a diretora teatral e cenógrafa, Bia Lessa. O espaço vai apresentar a diversidade étnica e cultural do brasileiro, traçando um mapa da miscigenação no país. Em ambientes virtuais e interativos, será mostrado como o homem brasileiro convive com a natureza e suas relações com a história, a cultura, a ciência e o futuro.

O museu será instalado no Prédio Verde da Praça da Liberdade, onde funciona o Iepha. A expectativa é de que esteja pronto para ser aberto ao público no primeiro semestre de 2014.

Patrimônio Cultural e Educação

Adriana Quirino de Oliveira*

Pedro Gaeta Neto**

Há muito que as instituições preservacionistas do patrimônio cultural têm se valido de mecanismos mantenedores das expressões culturais brasileiras. O órgão de patrimônio nacional – Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – deslançou um encaminhamento político e institucional a partir da década de 1930, muito embora o assunto já estivesse em pauta. Apesar de o anteprojeto de lei, encomendado pelo ministro Gustavo Capanema ao estudioso da matéria Mário de Andrade para criação do Iphan, contivesse as questões relativas ao patrimônio material e imaterial, o Decreto-Lei nº 25 de 1937, legislação específica, sustentou-se particularmente na compreensão do patrimônio material. Somente no ano de 2000, o patrimônio imaterial foi contemplado por legislação própria. Por muito tempo prevaleceu aquilo que se convencionou chamar “preservação de pedra e cal”, ou seja, o patrimônio edificado entre as inúmeras expressões culturais recebeu atenção quase que exclusiva.

É bem verdade, também, que a separação estanque entre o patrimônio material e imaterial é um equívoco, mas o tempo será providente em encaminhar métodos mais alvissareiros para mostrar a íntima cumplicidade do tangível com o intangível e de como tratá-los num contexto que os inclua harmoniosamente.

Os órgãos de patrimônio estaduais, com a finalidade de complementaridade ao de patrimônio nacional, herdaram a maneira de condução da árdua tarefa da preservação do patrimônio. Avançamos na técnica de elaboração dos processos de tombamento e dos inventários – medida cautelar de preservação prevista no texto constitucional –, e mais recentemente nos processos de registro do patrimônio imaterial. Vale destacar que nenhum dos processos deve prescindir dos inventários.

Assim sendo, acabamos por trabalhar numa base legislativa que, muitas vezes, é entendida pelas comunidades, detentoras de patrimônios expressivos, como algo deveras punitivo – de um lado os técnicos de patrimônio com o firme propósito de defender o legado das expressões culturais às gerações futuras; de outro, proprietários e empresários que veem neste ato o impedimento do progresso. O impasse é negativo para todos os lados, tendo em vista que o patrimônio fica literalmente em fogo cruzado exposto à ação inexorável do tempo – se não socorrido na hora exata, a extinção é para sempre.

É impensável na atual conjuntura mundial ignorarmos a existência das leis, mas entendermos a necessidade de sua aplicabilidade e criarmos formas de conviver no contexto legislativo, particularmente na questão do patrimônio cultural, faz parte da evolução técnica da preservação, atividade a nós atribuída – profissionais tanto do setor público quanto do privado, os quais se propõem a empreender tal tarefa.

Métodos diferenciados

Talvez o grande ferramental para potencializar a árdua tarefa da preservação do patrimônio cultural brasileiro, com suas peculiaridades regionais, esteja naquilo que chamamos de educação patrimonial.

Um processo sistemático e evolutivo, muito além do caráter informativo que já fazemos no dia a dia de nossa prática, colocando em pauta questões conceituais do patrimônio cultural sob a vertente formal e não formal. Na vertente formal utilizando-se da estrutura educacional na sensibilização dos profissionais da educação e dos alunos, tendo em vista a preocupação das diversas faixas etárias que compõem a graduação escolar; assim também como na vertente não formal, por meio de associações ou qualquer outro grupo organizado de uma determinada comunidade, evidenciando sempre o caráter pedagógico.

O que vai determinar o sucesso da educação patrimonial é a adequação do método para sua aplicabilidade ao público em questão, assim como a escolha do tema que será desenvolvido. Portando cabe aos técnicos envolvidos na educação patrimonial diagnosticar o potencial de determinado grupo, instigar a escolha do tema sem direcioná-lo, mesmo que estejam evidentes os inúmeros assuntos existentes em

determinada comunidade. Em seguida, orientar metodologicamente a elaboração de projetos que tenham condições de serem executados e, finalmente, acompanhar o seu desenvolvimento.

Um envolvimento maior da comunidade no conhecimento das expressões culturais que a circundam poderá conter práticas efetivas de preservação, em decorrência da amplitude afetiva e apropriação das expressões culturais produzidas ao longo do tempo, parte integrante da memória e história de determinada localidade.

Diante disso entendemos que a educação patrimonial é uma metodologia que fomenta a promoção do aprendizado a partir do conhecimento ou reconhecimento dos acervos ou bens culturais. Trata-se de um trabalho constante de envolvimento de todos os segmentos que compõem uma determinada comunidade. É algo que ainda está em construção nas instituições de patrimônio, haja vista a complexidade de se trabalhar com a educação não formal. A educação patrimonial chegou como que timidamente e, aos poucos, vem se afirmando cada vez mais como um mecanismo de proteção; uma aliada da comunidade, que é a verdadeira guardiã de seu patrimônio, assegurando e propiciando a participação de



 Programa de Educação Patrimonial *Cidade Viva*, realizado em Ravena, Sabará

todos na preservação das manifestações culturais, assim como a formação, consolidação e manutenção da identidade e cidadania e o fortalecimento da autoestima das comunidades envolvidas.

Na incorporação do sentimento de pertencimento, algumas vezes emana uma visão um tanto quanto saudosista de uns, uma realidade muito distante de outros e, ainda, encontramos grupos desprovidos de qualquer afinidade com as expressões culturais nas localidades em que vivem, talvez em decorrência de sua origem. Nesta conjuntura, a educação patrimonial tem possibilidades de exercer papel fundamental para alicerçar e respaldar os trabalhos de base necessários à preservação. O empenho das instituições de patrimônio, como o Iepha/MG, que possui uma gerência para tratar da questão – educação patrimonial –, é de vital importância na condução preservacionista, pois muitas das inúmeras comunidades que povoam as Minas Gerais necessitam de atenção e acompanhamento para que sejamos parceiros nesta empreitada.

* Gerente de Difusão

** Analista de Gestão, proteção e restauro



Fotos acervo Iepha



Berilo foi outro município que recebeu o programa *Cidade Viva*

Semana de museus terá mais de 3 mil eventos



Museu Casa Guignard, em Ouro Preto

Museu e Memória é o tema da 9ª Semana Nacional de Museus, que reunirá os mais diversos eventos, acontecendo simultaneamente em instituições museológicas de todo o país, entre os dias 16 e 22 de maio. Ao todo, participarão 1.006 instituições, que promoverão 3.076 eventos em mais de 500 cidades de todo o país. Dentre as instituições participantes estão museus, casas de cultura, fundações, arquivos públicos, pinacotecas, galerias e um escritório de arquitetura.

Em Minas, a Superintendência de Museus e Artes Visuais, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e os cinco museus a ela subordinados – Museu Mineiro, em Belo Horizonte; Museu Casa Alphonso de Guimaraens, em Mariana; Museu Casa Guignard, em Ouro Preto; Museu Casa Guimarães Rosa, em Cordisburgo, e Museu do Crédito Real, em Juiz de Fora, já confirmaram sua participação nesse grande evento e prepararam uma programação especial para o público. Exemplos são o encontro de Congado, que acontece no dia 22, no Museu Mineiro, e a exibição de filmes em locais públicos de Ouro Preto, promovido pelo Museu Casa Guignard, de 17 a 20 de maio.

Segundo Leo Bahia, superintendente de Museus e Artes Visuais, a Semana destaca-se por seu caráter mobilizador, pois é durante este período que instituições museológicas de todo o país promovem eventos em torno de uma mesma temática, reforçando o envolvimento e atuação destas instituições no campo museal brasileiro frente a temas da contemporaneidade.

Além dos museus subordinados ao Sistema, dezenas de outras instituições culturais em todo o estado também aderiram ao evento e oferecerão extensa e variada programação.

Promovida pelo Ministério da Cultura, por meio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), em comemoração ao Dia Internacional de Museus (18 de maio), a Semana contará com exposições, palestras, oficinas, visitas guiadas, seminários, ações educativas e saraus, dentre outras atividades.

A programação completa estará disponível no site www.museus.gov.br.



Vocação inspirada no espírito barroco



Acervo Pessoal

Arquiteto e Urbanista, especialista em Arte e Cultura Barroca e em Patrimônio Construído, mestre em Ciências da Arquitetura, doutor em História Social da Cultura e professor adjunto da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Este é apenas um pequeno resumo do currículo de André Guilherme Dornelles Dangelo, nome certo quando o assunto gira em torno da arquitetura e do patrimônio histórico. Em entrevista ao Bem Informado, ele conta um pouco mais sobre algumas de suas linhas de atuação profissional e fala ainda sobre patrimônio imaterial, tradição e religiosidade, políticas públicas e projetos futuros

O senhor já trabalha há quase uma década na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG) e neste período comandou diferentes disciplinas e funções administrativas. Neste momento em que são comemorados os 80 anos da Escola, como vê o papel da EA, sua evolução e os principais desafios?

A Escola de Arquitetura da UFMG, sem dúvida alguma, é uma das instituições mais tradicionais e prestigiadas no Brasil, em nossa área. A exposição que recentemente inauguramos no Palácio das Artes, em parceria com a Fundação Clóvis Salgado, é a prova mais inequívoca dessa trajetória. Neste sentido, penso que nossa compreensão, reflexão e proposição frente aos desafios que envolvem a área de Arquitetura e Urbanismo na cena contemporânea são de grande responsabilidade, pois a nossa própria história nos obriga a sermos ainda mais críticos frente a esses novos desafios do que outras instituições, em razão de nosso tempo de amadurecimento.

Nos estudos para elaboração da tese de doutorado *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção de arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*, quais descobertas da relação entre arquitetura mineira e seus antecedentes europeus o senhor destacaria?

O cerne dessa pesquisa trata da construção de um novo discurso sobre a produção da arquitetura religiosa do século 18 em Minas Gerais, estruturado em novos argumentos arquitetônicos, documentais, críticos

e analíticos, que procuram dialogar, avançar e responder, sem a pretensão de fechar questão sobre o tema, uma antiga constatação feita ainda pelos estudos modernistas do Barroco Mineiro. Investigamos a possível relação entre a produção da arquitetura religiosa da segunda metade do século 18 em Minas Gerais e a arquitetura produzida na região do sul da Alemanha e da Boêmia nas primeiras décadas do século 18.

Neste sentido, a pesquisa nos possibilitou enxergar uma Minas mais aberta do que viam os estudos modernistas, numa perspectiva mais permeável aos hibridismos culturais, erudita dentro do possível, com a presença de tratados de arquitetura e livros de estampas em circulação entre os artistas e arquitetos. Destacamos, principalmente, a presença de um número importante de agentes culturais portugueses de “gênio” e de “engenho”, militares, homens de ofício e até amadores de arquitetura que, conjuntamente à criatividade brasileira e à menor burocracia no regulamento das atividades artísticas, forjaram um meio artístico diferenciado em relação às regiões do litoral brasileiro e mesmo dos centros culturais portugueses de maior expressão. Em razão disso, puderam construir uma cultura arquitetônica mais livre, mais experimental e também mais preparada para subverter o que foi herdado do que para conservá-lo na sua própria tradição.

Seus laços com São João del Rei são notadamente muito fortes, inclusive em sua trajetória profissional. Em certa ocasião, chegou a dizer que “o espírito barroco é presente na cidade”. O senhor acredita que este espírito fica impresso em quem vive ou já viveu por lá? Como ele tem influenciado seus passos como arquiteto e estudioso do patrimônio?

Embora tenha nascido e sido criado em Belo Horizonte, as diversas gerações da minha família, por parte de mãe e de pai, foram nascidas e criadas em São João del Rei. Sob estas circunstâncias, eu não pude fugir ao meu destino familiar e ancestral, e passei grande parte da minha infância e adolescência envolvido com os ritos barrocos da cidade, nas suas grandes solenidades litúrgicas e profanas. Assim, primeiramente fui coroinha, depois sineiro, depois membro da Orquestra de Música Sacra e ritmista de Escola de Samba e, atualmente, cumpro meus compromissos como irmão das Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nosso Senhor dos Passos da Matriz do Pilar e da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Acredito que eu, como muitos concidadãos da minha geração, ainda fomos forjados no contraste oriundo da sociedade barroca, marcada tanto pelo gosto pelo sagrado como pelo profano. Certamente, foi desse mundo místico e lúdico, e das experiências de vida ali sedimentadas, que encontrei minha vocação como arquiteto e minha predileção pelas áreas ligadas ao estudo da arquitetura brasileira e ao seu rico patrimônio cultural.

A relação com a voz dos sinos, uma tradição tão forte em SJDR também é notável. O senhor acaba de revelar que chegou, inclusive, a ser sineiro. Como é essa relação? Como vê o trabalho de registro dos sinos feito pelo Iphan e esta nova atenção ao patrimônio imaterial e a cultura popular em Minas?

Na última década, a questão do patrimônio imaterial tomou outra dimensão em função da extinção de uma visão preconceituosa em relação ao que era popular, que existiu na primeira fase da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Neste sentido, acredito que este novo olhar sobre o patrimônio, mais inclusivo socialmente, seja uma maneira mais pedagógica da própria população entender melhor a questão e se sensibilizar mais em relação à importância da preservação da memória para a construção de um país.

Em relação ao registro do toque dos sinos, sineiro que fui e pesquisador sobre o tema, ousou afirmar que, sem dúvida nenhuma, o registro efetuado pelo Iphan em 2009 foi um passo importante nessa área, principalmente para São João Del Rei, onde esses códigos estão mais preservados e onde se pretende construir um museu sobre o tema, com projeto apoiado e já aprovado pelo Iphan. Hoje, me preocupo mais com a questão do sino como artefato histórico. Neste aspecto, principalmente por ainda não existir por parte dos órgãos oficiais – a exemplo do que já em países como Portugal – um protocolo de como lidar com o problema da restauração do sino histórico, tem-se gerado no Brasil, em cidades como o Rio de Janeiro, verdadeiros absurdos em relação à maneira de fazer a automação dos antigos sinos, além de não existir ainda uma consciência de valorização das antigas peças das fundições do tempo da Colônia, do Império e mesmo do século 20.

O senhor foi um dos 244 artistas e intelectuais que assinaram um manifesto em apoio ao Circuito Cultural. Como analisa a importância deste projeto para a população?

A questão do Circuito Cultural, como qualquer grande projeto de intervenção arquitetônica em preexistências de grande valor cultural, em qualquer lugar do mundo, gerou polêmica e paixões. Os critérios de intervenções em monumentos não são uma ciência exata e neles cabem, no meu modo de entender, sempre argumentos bem fundamentados tecnicamente que balizem várias opções que podem subsidiar o ato da

intervenção, e que podem ser inclusive contraditórias, sem estarem necessariamente erradas, se vistas dentro de um determinado fundamento técnico, filosófico e crítico. No entanto, sempre é necessário optar por uma solução, e isso deve ser construído em diálogo com a sociedade e seus representantes legitimados nos seus fóruns apropriados, como foi feito neste processo. É preciso entender que, no caso da Praça da Liberdade, era necessário encontrar não só um novo destino para os edifícios do conjunto, mas também um arranjo arquitetônico e institucional que ao mesmo tempo requalificasse os espaços e respondesse a questão da sustentabilidade do projeto a longo prazo. Particularmente, penso que agora esses belíssimos edifícios do conjunto eclético da Praça, além de estarem em melhor estado e perspectiva de conservação do que antes, estão principalmente mais acessíveis às populações como um todo, e considero isso um avanço para a cultura do Estado.

O senhor, conselheiro do Conep, foi autor do parecer para tombamento estadual do Centro Histórico de Pitangui. Na sua opinião, quais as maiores dificuldades encontradas ainda hoje para se estabelecer este tipo de proteção?

Acredito que as dificuldades são de toda ordem, que vão desde a falta de uma cultura que valorize a importância da memória como norteadora do futuro nas cidades, passando pela grande omissão que em geral existe de grande parte do poder público municipal em exercer plenamente suas atribuições definidas tanto no Plano Diretor como no Estatuto das Cidades; e por último, a persistência da tradição patrimonialista brasileira, fundada principalmente na especulação urbana e imobiliária.

O senhor assumiu, no atual Reitorado da UFMG, a Presidência da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade. Quais os principais planos da Fundação para sua atuação na área de Patrimônio Cultural?

A Fundação Rodrigo Melo Franco vem passando, desde 2007, por uma fase de reestruturação de suas ações culturais. Nos últimos três anos estamos apoiando uma série de projetos culturais da UFMG e implantando o Projeto Piloto do nosso Campus Cultural na cidade de Tiradentes, onde a Fundação teve o seu início e onde possui quatro dos mais importantes imóveis da cidade. Dentro deste contexto, entre 2007 e 2009, já restauramos as nossas instalações administrativas no Centro de Estudos Miguel Lins, e interligamos por videoconferência nossa sede em Tiradentes com o Campus Pampulha. Neste período também já intervimos nas questões de urgência no edifício do antigo Fórum, em parceria com o Fundo Estadual de Cultura.

A partir de 2010, iniciamos o processo de restauração arquitetônica e dos bens artísticos integrados da Casa do Padre Toledo, sendo esse último projeto financiado pelo BNDES, e estamos concluindo a nossa parceria com Instituto Flávio Gutierrez, através da seção por comodato do imóvel da Cadeia, para que ali que seja instalado o Museu de Santanas, atualmente em análise técnica no Iphan. Terminada essa primeira fase de obras, estamos nos preparando para oferecer em parcerias com outras instituições governamentais e não-governamentais uma série de cursos e seminários que terão como bases Belo Horizonte e Tiradentes inicialmente, com a intenção de aprofundar o estudo e a pesquisa em áreas ligadas à preservação do patrimônio cultural em Minas e no Brasil e na história cultural do século 18 em Minas Gerais.



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Pelourinho da Praça Minas Gerais - Mariana

Destaque no Pequeno Olhar deste mês, o Pelourinho de Mariana está localizado em frente à Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Minas Gerais, na cidade mineira. O pelourinho original, executado por José Moreira Matos em 1750, era composto de uma coluna de madeira, com um argolão, onde se amarravam os escravos e os criminosos para o castigo público. Em 1871 este monumento foi demolido e algumas peças foram guardadas na prefeitura, até que, em 1970, foi reconstruído pelo então prefeito Jadir Macedo.

O atual pelourinho, feito em pedra-sabão, tem altura aproximada de cinco metros. O braço esquerdo sustenta uma balança, representando a justiça, e o direito segura uma espada, ou seja, a condenação. No alto, um globo simboliza as conquistas marítimas portuguesas e, ao centro, está o brasão português.

Os pelourinhos foram introduzidos no Brasil pelos portugueses. Quando um povoado era elevado a vila, juntamente com o ato Régio de elevação vinha um Pelourinho, que era fincado em frente à Câmara dos Vereadores, para, a partir de então, funcionar legal e legitimamente. Diferentemente do que muitos pensam, os pelourinhos não eram usados apenas para punir os escravos. Qualquer criminoso, após a condenação, era exposto ao escárnio da sociedade, sendo castigado em praça pública.



BLOCO DE NOTAS

| Iepha tem nova composição de gabinete e diretorias

Presidente: Fernando Viana Cabral, vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos, chefe de gabinete: Danielle Cristine Faria, assessora do vice-presidente: Nilza Silva. Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira.

Já a Diretoria de Conservação e Restauração e a de Planejamento, Gestão e Finanças mantêm seus ocupantes anteriores: Renato César José de Souza e Mônica Soares Grosso, respectivamente.

| Patrimônio na rede

Aderindo à estratégia de comunicação do Governo de Minas, buscando atingir um novo público e levando informação de forma mais ágil, o Iepha agora faz parte das redes sociais, com um perfil no Twitter (<http://twitter.com/lephaMG>) e uma página no Facebook (<http://www.facebook.com/pages/lephaMG/111581868924481>).

| Jubileu em Rio Piracicaba

O município de Rio Piracicaba comemora neste mês os 200 anos do Jubileu do Senhor Bom Jesus, com novena entre os dias 22 e 30. Já entre os dias 01 e 04 de maio, a festa anima a cidade, reunindo milhares de fieis.

Segundo a tradição, em 1811, um escravo chamado Jeremias, temendo ser punido por seu senhor, fugiu e se refugiou na mata. Iluminado pelo Senhor Bom Jesus, o escravo talhou em madeira uma imagem do filho de Deus. Ao terminar, resolveu voltar à fazenda e presentear a peça a seu senhor. Anos depois, o pintor e escultor espanhol dom Vicente retocou a imagem primorosamente. Essa história está retratada em quadros na Casa dos Milagres, local de agradecimento de pedidos atendidos pelos fieis do Senhor Bom Jesus, no seu Santuário.

| Cadastro online de esculturas

O MuBE Virtual é um acervo digital sobre a produção escultórica nacional que busca inventariar todas as representações de arte tridimensional em espaços públicos do Brasil, organizando um banco de dados com imagens e informações sobre as obras e seus autores. Hoje, o site conta com um acervo disponível de cerca de 400 esculturas.

Qualquer pessoa pode cadastrar imagens e informações de monumentos em espaço público. Da mesma forma, qualquer um pode ter acesso a esse material e conhecer mais da vasta produção artística instalada nas ruas, praças e parques de várias cidades. Assim, possibilita o reconhecimento e divulgação das esculturas expostas ao ar livre em todas as cidades do país e disponibilizando uma grande quantidade de textos e imagens sobre nosso patrimônio histórico e artístico. Acesse www.mubevirtual.com.br e conheça o projeto.

Bordados recontam história do cotidiano das famílias



 Toalha faz parte do acervo reunido por Maria do Carmo ao longo de 20 anos

Ponto a ponto, por muitos séculos, mãos femininas registraram relatos de vida em forma de bordados com coloridos fios. Desde as moças prendadas que passavam as tardes preparando seus enxovais e enfeitando seus vestidos de baile, mais do que uma arte ou um ofício, o bordado sempre foi tradição passada de mãe para filha e registro cultural da história e do cotidiano das mulheres e das famílias ao longo dos tempos.

No último mês de janeiro, uma equipe da Gerência de Identificação do Iepha realizou uma visita técnica, a convite, à escola e acervo de bordados Maria Arte e Ofício, em Belo Horizonte, e foi conhecer de perto um pouco mais sobre esse registro de mineiridade sob o olhar feminino. Sob o comando dedicado da artista Maria do Carmo Guimarães, um acervo reunido por 20 anos mostra dezenas de peças bordadas de diversos períodos e estilos, além de objetos e instrumentos ligados ao ofício e uma preciosa coleção de material documental; composta por revistas, livros, álbuns de fotografias e cadernos de risco, dentre outros. Grande parte do acervo está disponível aos alunos, pesquisadores e ao público geral, e somente peças fragilizadas ficam inacessíveis.

Guardiã de objetos doados e adquiridos por ela própria em sebos e lojas de antiguidades, Maria do Carmo cataloga todas as peças com o maior número possível de pormenores. Especialista em Design e Cultura, a artista plástica cursa matérias no mestrado em História, onde busca fundamentação teórica para sua pesquisa sobre a história dos bordados e seu desenvolvimento artístico e sócio cultural. “A ideia é realizar uma abordagem sociológica da mulher na sociedade por meio do cotidiano do fazer e das histórias expressas nos objetos bordados ao longo do tempo”, explica.

Museu do Bordado

Também em Belo Horizonte, o primeiro museu do bordado do Brasil existe há oito anos e funciona em um espaço reservado na casa da artista plástica Beth Lírio. Filha de professora de bordado, ainda criança ela aprendeu a arte-ofício que teria grande força e expressão

O acervo é composto por mais de duas mil peças, quase todas doadas. Para cada peça doada, é realizado um levantamento de diversos dados, como data provável de confecção, a quem pertenceu, como foi adquirida e, se houver, um breve resumo sobre seu valor sentimental para a família doadora. As

fichas com as histórias são guardadas e a ideia é que um dia virem um livro ao longo de quase toda sua carreira.

Sem patrocinadores, o museu – que tem entrada gratuita – conta basicamente com o apoio de um grupo criado a seu redor. Os voluntários da Associação de Amigos da História do Bordado colaboram com pequenos trabalhos de manutenção do acervo e, especialmente, na recepção dos visitantes.

Para Beth, muito além da história do bordado, o museu reúne histórias de vida, não só de quem doou cada peça, mas também – e talvez principalmente – de quem as visita. “São peças de tempos passados, típicas do cotidiano, da família, e por isso remetem a vivências. As pessoas vêm e se lembram do passado. É impossível não reviver uma toalha de mesa da avó, uma colcha do enxoval da mãe”, comenta.

Uma das peças mais antigas em exposição, um bordado de 1780, divide espaço com outras épocas, retratadas em ceroulas de 1890 e luvas de senhoritas de 1930. Entre as peças que atraem a curiosidade dos visitantes estão camisolas de núpcias, enxovais de bebê, monogramas e brasões de família, além de vestidos de debutantes e de noivas que, de tão minuciosamente trabalhados, podem ter levado muitos anos para ficar prontos. A proprietária do museu garante que grande parte das peças veio de outros países, e chegaram ao Brasil com as famílias de imigrantes. Entre os “xodós” da coleção, Beth destaca uma blusa que teria pertencido a uma escrava. A doação veio de Barretos (SP), pelo correio, com uma extensa carta contando toda sua história.

O museu recebe visitantes de toda a cidade, do interior e até de outros estados. Ônibus cheios chegam à porta de Beth, trazendo associações de bordadeiras, estudantes de moda e curiosos em geral. Muitas instituições de reabilitação e inclusão de portadores de necessidades especiais também são presença constante, reafirmando a importância do bordado como terapia para o corpo e para a alma.

Com dificuldade para arcar com os custos do Museu do Bordado, e pela necessidade de apresentar o acervo em local mais adequado à exposição contínua, Beth Lírio teme futuramente ter que fechar o museu, patenteado até 2019. Sua meta, assim como a de Maria do Carmo e sua escola, é buscar apoio para a criação de um espaço museológico específico para abrigar os acervos, garantindo condições apropriadas de acondicionamento, acesso para pesquisa, exposição e fruição da arte e da história dos bordados.



 Acervo do Museu do Bordado reúne mais de duas mil peças, quase todas doadas

Sala de aula abre espaço para educação patrimonial

Fotos: Danilo Amaral Cimino / Divulgação



Zelar pelo patrimônio é coisa que se aprende na escola. Assim se acredita em Desterro do Melo, a 211 quilômetros de Belo Horizonte. Desde 2010, as turmas do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Professora Tita Tafuri contam com a disciplina de Patrimônio Cultural.

Segundo Danilo Amaral Cimino, professor da matéria, a ideia de inserir o tema no currículo escolar partiu do Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural do município, que viu a necessidade de integrar a comunidade às questões da preservação do patrimônio local. Percebeu-se que a melhor maneira seria trabalhar com jovens e adolescentes e, desta forma, garantir uma interação entre escola e comunidade. “Aqui em Desterro do Melo fazemos da educação patrimonial um processo sistemático e permanente de fato” analisa o professor.

Esses conhecimentos adquiridos em sala de aula foram explorados durante a participação de Desterro do Melo na 2ª edição da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, realizada no ano passado. Durante os meses de julho e agosto, os alunos realizaram pesquisas e entrevistas com os integrantes da Corporação Musical Lira Nossa Senhora do Desterro e com a população em geral. Em setembro, as informações foram reunidas em uma cartilha. A proposta da ação surgiu dos próprios músicos, uma vez que a história se perdia com o tempo e a saída de antigos membros.

Por meio de métodos simples de pesquisa, leitura, investigação e entrevistas, o projeto despertou nos alunos o interesse pela música. “Sem a implantação da disciplina de Patrimônio Cultural, acredito que não teria sido possível desenvolver a pesquisa, visto que antes alguns projetos

baseados no tema eram realizados em conjunto pelas matérias de História e Geografia e sempre eram concebidos em curto prazo, por causa do grande conteúdo dessas disciplinas”, revela Danilo.

| Corporação Musical

Fundada em 20 de janeiro de 1994, a Corporação Musical Lira Nossa Senhora do Desterro é fruto do desejo comum da comunidade do município que amava a música e se uniu para resgatar a tradição das bandas em Desterro do Melo, que já contou com a Corporação Musical Euterpe Melense, a Sociedade Musical São Vicente de Paulo e Lira Basílico Véspoli.



Em reconhecimento ao bom trabalho desenvolvido pela corporação musical, em 2009, ela recebeu do Governo do Estado cerca de 20 instrumentos para que pudesse renovar seu acervo e ampliar o número de músicos.

DEPOIMENTOS:

“Foi muito gratificante pesquisar a história de nossa banda de música, pois pude aprender um pouco mais sobre a importância de se preservar nosso patrimônio imaterial.” Ísis Gabriela Armond de Melo, aluna do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Professora Tita Tafuri.

“O trabalho desenvolvido pelos alunos da Escola Tita Tafuri, sob orientação do professor Danilo, que também foi meu professor, foi de grande importância visto que muito se dizia sobre a história e causas da banda, mas não se tinha registros e fontes que os comprovasse. Agora, com essa iniciativa, ficará mais fácil aprender sobre a nossa banda.” Daniel de Paiva Dias Júnior, membro da Corporação Musical Lira Nossa Senhora do Desterro.



Sítio da Varginha do Lourenço - Conselheiro Lafaiete

Secretaria Municipal de Cultural de Conselheiro Lafaiete



Gameleira tricentenária, onde ficou exposta parte do corpo de Tiradentes, é marca do desfecho do movimento rebelde mineiro

Localizada a cerca de 10 quilômetros de Ouro Branco, em território hoje pertencente ao município de Conselheiro Lafaiete, a antiga estalagem de João da Costa Rodrigues, mais conhecida como Sítio da Varginha do Lourenço, foi palco de momentos significativos da Inconfidência Mineira. Testemunhou desde as reuniões conspiratórias dos conjurados até o triste fim de seu principal mártir, Tiradentes, herói mineiro homenageado nacionalmente em 21 de abril.

Assim como grande parte dos cenários onde a revolução tomou espaço, o Sítio tem localização estratégica às margens do antigo Caminho Novo (atual Estrada Real), que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais. Como comandante do destacamento de tropas que guarneciam o Caminho Novo, o alferes Joaquim José da Silva Xavier tinha por missão impedir a ação de malfeitores que infestavam a Serra da Mantiqueira. Assim, Tiradentes frequentemente pernoitava na estalagem da Varginha do Lourenço, que acabou por se tornar importante centro de conspiração do movimento político que liderava. Foi no Sítio, por exemplo, que Tiradentes obteve a adesão do medidor de terras Antonio de Oliveira Lopes à causa da Inconfidência. Este e muitos outros episódios ligados ao movimento estão registrados nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, documentação datada de 1789 a 1792.

A conspiração foi desmantelada pela Coroa Portuguesa em 1789, e os inconfidentes foram sentenciados ao exílio. Tiradentes, o conjurado de mais baixa condição social, assumiu a chefia do movimento e foi o único condenado à morte por enforcamento, sendo a sentença executada publicamente a 21 de abril de 1792. A punição determinava ainda que partes do corpo do líder revoltoso fossem colocadas em exibição pública em locais fortemente marcados pelo movimento, de forma a servir de exemplo à população. A cabeça do alferes foi exposta em Vila Rica (atual Ouro Preto), no alto de um poste defronte à sede do governo. O primeiro quarto do corpo foi deixado no sítio das Cebolas (próximo à Vila da Paraíba, na capitania do Rio de Janeiro). Outros dois ficaram à mostra nas duas maiores povoações do caminho; o arraial de Igreja Nova (Barbacena) e Carijós (Lafaiete), enquanto o último quarto (a perna direita de

Tiradentes) foi fincado no Sítio da Varginha, junto à estalagem de João da Costa, sob a sombra de uma enorme e frondosa árvore.

Ruínas

A gameleira tricentenária é hoje a única testemunha viva dos fatos históricos de que o Sítio da Varginha do Lourenço foi palco. Há registros de preservação da estalagem até agosto de 1935, conforme anúncio de venda publicado em um jornal local. Porém, em setembro de 1950, o Jornal Estado de Minas denunciou a então recente demolição da construção, em contraste com a preservação de outros sítios históricos.

Arruinada a estalagem da Varginha do Lourenço, sua memória iconográfica sobreviveu ao tempo e aos acontecimentos em quadro pintado pelo artista plástico José Jacinto das Neves, em 1914. A obra, hoje pertencente ao acervo do Museu Mineiro, apresenta em seu verso a seguinte inscrição: "Casa denominada da Varginha de Queluz, onde esteve exposto um pedaço de Tiradentes. Belo Horizonte, 1914. José Jacinto das Neves".

Além das ruínas da estalagem e da gameleira de proporções inusitadas onde parte do corpo de Tiradentes esteve pendurada, o Sítio hoje conta também com um monumento comemorativo pelo bicentenário da Inconfidência Mineira. Em pedra sabão, o Monumento a Tiradentes – também conhecido popularmente como "Perna do Tiradentes" – foi concebido pelo artista plástico Raul Amarante Santiago a pedido da Açominas, atual proprietária do Sítio da Varginha e responsável por sua preservação.

O tombamento estadual pelo Iepha também veio durante as comemorações dos 200 anos do movimento rebelde, em 1989, em reconhecimento da inquestionável importância do local para a história de Minas e do Brasil.



Tela do artista José Jacinto das Neves, pertencente ao acervo do Museu Mineiro, retrata a estalagem da Varginha do Lourenço



A Lenda das Mulheres do Cristianismo

| Santa Maria Madalena

No Novo Testamento, Maria Madalena é descrita como uma das discípulas mais dedicadas e fieis de Jesus Cristo. A jovem, descendente de família nobre, teria tido como lar um luxuoso castelo chamado Magdala, na costa ocidental do Mar da Galileia. Com a morte dos pais, ela e os irmãos viveram dificuldades financeiras, o que teria resultado numa mudança de seu comportamento. Ainda muito jovem, tornou-se uma cortesã e ficou conhecida como “a pecadora pública”.



La Magdalen Penitente, de Paolo Caliari
Museu do Prado, Madri

Sua conversão definitiva se deu no banquete na casa de Simão, quando ungiu os pés de Jesus. Ele disse: “Mulher, vai em paz. Teus pecados são perdoados”. Pecadora arrependida, Madalena passou a seguir Jesus em seus deslocamentos apostólicos. Na Via Sacra, até a crucificação, estão presentes a Virgem Maria, Maria Madalena e Maria, esposa de Clopas e João – Jo 19,25. E foi a ela que Jesus primeiro se manifestou após a ressurreição e lhe confiou o anúncio jubiloso de que estava vivo – Jo 20.

A lenda narra várias passagens da vida e morte de Maria Madalena. Uma delas diz que ela era da família de Lázaro e Martha. Com o falecimento dos pais, Lázaro passou a exercer atividades militares. Martha, mais prudente, passou a administrar a herança, mas Madalena se entregava à volúpia. Com a Ascensão do Cristo, Maria Madalena recolheu-se numa gruta onde se dedicou à prática de penitência.

Para Santo Agostinho, quando os evangelhos e os apócrifos narram as passagens das mulheres com Jesus, o nome de Maria quando citado se refere à Maria Madalena. A igreja católica e a ortodoxa a veneram com santa.

| Santa Verônica

O drama das últimas 12 horas da vida de Jesus Cristo, antes de seguir para o Golgota, é descrito pelos quatro evangelistas e também nos escritos apócrifos. Alguns destes relatos ganharam a credibilidade da humanidade – entre eles o da Santa Verônica. O nome de Verônica significa imagem verdadeira, pois é formado pelo adjetivo latino vera (verdadeiro) e o substantivo grego *eikon* (ícone).

Pouco é conhecido sobre Verônica, embora ela seja citada no Atos de Pilatos ou Evangelho de Nicodemos e a identifiquem com a mulher mencionada no Evangelho de São Mateus (9: 29-22). Verônica sofria de uma hemorragia incurável. Sabendo que Jesus passava na via dolorosa de Jerusalém, a caminho do calvário, se espremeu entre a multidão e conseguiu encostar na ponta das vestes de Jesus Cristo, ficando curada.

Quando Jesus caminhava para o calvário, com a face marcada por hematomas com gotículas de suor e sangue que formavam uma cortina em sua face, Verônica comoveu-se. Aproximou-se Dele com um pano tecido de fios de linho branco e cuidadosamente enxugou aquele rosto sofrido. Quando retirou a toalha alva, para o seu espanto, viu a imagem do rosto de Jesus ali gravado.

O véu de Verônica é uma das mais amadas relíquias da Igreja. Conforme o Evangelho de Nicodemos, no capítulo la Cura Santitatis Tiberii, o véu foi levado para Roma para curar o Imperador Tibério que sofria de grave doença. Quando o lenço de 17cm x 24cm, com a estampa de Cristo, foi mostrado ao imperador moribundo, ele foi curado imediatamente. Com sua morte, Verônica deixou esta preciosa relíquia nas mãos do Papa São Clemente. Hoje encontra-se no Santuário do Santo Rosto de Manoppello.

Verônica não está incluída na Martirologia Romana, embora receba todas as honras pela Santa Igreja, e no calendário encontramos um dia – 12 de julho – para sua homenagem.



Díptico com João e Santa Verônica, de Hans Memling – National Galey, Washington

Bibliografia:

A Enciclopédia Católica, volume XV.

Lehmann, João Baptista, Na Luz Perpertuta vol. II Typ.Do “Lar Católico-Juiz de Fora – 1953”.

Varazze Jacopo Legenda Áurea –vida dos Santos-São Paulo-Companhia das Letras –2003.